



Poder Judiciário

ANEXO I da Resolução do CNJ nº 102/2009 – CNJ

| | |
|--|-----------------------------------|
| Sigla | TJPE |
| Nome do Órgão | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO |
| Autoridade Máxima | LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO |
| Responsável pela Informação | FLÁVIA FERREIRA DE MOURA |
| Mês de Referência (MM/AAAA) | DEZEMBRO - 2017 |
| Data da Publicação ⁽¹⁾ | 16/01/2018 |

Inciso I - Despesas com Pessoal e Encargos

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | Despesas com pessoal ativo | 81.457.359,93 |
| b | Despesas com pessoal inativo e pensões ⁽²⁾ | - |
| c | Despesas com encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal | 16.522.942,44 |
| d | Despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência. | - |
| | TOTAL | 97.980.302,37 |

Inciso II - Outras Despesas de Custeio

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | Benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte | 2.420.229,88 |
| b | Benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação | 6.827.093,95 |
| c | Benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche | - |
| d | Benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica | 985.855,00 |
| e | Diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores | 207.912,06 |
| f | Passagens e despesas com locomoção | 67.647,35 |
| g | Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia | 2.217.612,09 |

ANEXO I da Resolução do CNJ nº 102/2009 – CNJ

| | | |
|--|---|----------------------|
| Sigla | TJPE | |
| Nome do Órgão | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO | |
| Autoridade Máxima | LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO | |
| Responsável pela Informação | FLÁVIA FERREIRA DE MOURA | |
| Mês de Referência (MM/AAAA) | DEZEMBRO - 2017 | |
| Data da Publicação ⁽¹⁾ | 16/01/2018 | |
| h | Aluguel de imóveis | 839.085,90 |
| i | Serviços de água e esgoto | 356.366,47 |
| j | Serviços de energia elétrica | 2.335.148,93 |
| k | Serviços de telecomunicações | 494.474,16 |
| l | Serviços de comunicação em geral | 964.667,06 |
| m | Serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados | 837.396,83 |
| n | Serviços de limpeza e conservação | 1.764.368,02 |
| o | Serviços de vigilância armada e desarmada | 45.350,00 |
| p | Serviços de publicidade | 27.916,00 |
| q | Locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o” | 7.233.763,96 |
| r | Serviços de seleção e treinamento | 2.938.025,50 |
| s | Aquisição de material de expediente | 544.422,57 |
| t | Aquisição de material de processamento de dados e de software | 166.524,78 |
| u | Aquisição de material bibliográfico | 7.260,00 |
| v | Aquisição de combustíveis e lubrificantes | 347.028,33 |
| w | Aquisição de gêneros alimentícios | 199.238,51 |
| x | Aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’ | 628.062,22 |
| y | Serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais | 15.125,00 |
| z | Demais despesas de custeio | 8.306.742,46 |
| | TOTAL | 40.777.317,03 |

ANEXO I da Resolução do CNJ nº 102/2009 – CNJ

| | |
|--|-----------------------------------|
| Sigla | TJPE |
| Nome do Órgão | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO |
| Autoridade Máxima | LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO |
| Responsável pela Informação | FLÁVIA FERREIRA DE MOURA |
| Mês de Referência (MM/AAAA) | DEZEMBRO - 2017 |
| Data da Publicação ⁽¹⁾ | 16/01/2018 |

Inciso III -Despesas com Investimentos

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | Construção e reforma de imóveis | 14.091.654,60 |
| b | Aquisição de Material Permanente - Veículos | 145.980,00 |
| c | Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática | 4.078.706,67 |
| d | Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática | 57.000,00 |
| e | Aquisição de Material Permanente – Demais itens | 3.867.423,03 |
| | TOTAL | 22.240.764,30 |

Inciso IV - Despesas com Inversões Financeiras

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|---|---------------------------|
| a | Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização | - |
| b | Outras inversões | - |
| | TOTAL | 0,00 |

Inciso V - Repasses do Tesouro Estadual ou sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de:

| Alínea | Discriminação das despesas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|-----------------------------------|---------------------------|
| a | Pessoal e Encargos | 89.821.008,33 |
| b | Custeio | 10.712.500,00 |
| c | Investimentos | - |
| d | Inversões Financeiras | - |
| | TOTAL | 100.533.508,33 |

ANEXO I da Resolução do CNJ nº 102/2009 – CNJ

| | |
|--|-----------------------------------|
| Sigla | TJPE |
| Nome do Órgão | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO |
| Autoridade Máxima | LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO |
| Responsável pela Informação | FLÁVIA FERREIRA DE MOURA |
| Mês de Referência (MM/AAAA) | DEZEMBRO - 2017 |
| Data da Publicação ⁽¹⁾ | 16/01/2018 |

Inciso VI – Receitas

| Alínea | Discriminação das receitas | Valores (R\$ 1,00) |
|---------------|--|---------------------------|
| a | recursos a título de custas judiciais | 4.604.464,51 |
| b | recursos a título de taxas judiciárias | 2.971.909,62 |
| c | recursos a título de serviços extrajudiciários | 6.579.690,49 |
| d | demais recursos conforme previsão em leis específicas ⁽³⁾ | 6.663.599,78 |
| | TOTAL | 20.819.664,40 |

(1) Sistema e-Fisco Financeiro fechado para esta UG no dia 15.01.18, segunda-feira.

(2) As despesas com inativos e pensionistas são custeadas integralmente com recursos do Fundo Próprio de Previdência do Estado.

(3) Demais receitas arrecadadas pelo TJ.